O racismo epistemológico de
Nildo Ouriques

"Não existe visão de mundo inocente."
György Lukács

Emprego neste ensaio a expressão **racismo epistemológico** para designar uma relação social na qual a autoridade para produzir, reconhecer e classificar conhecimentos se distribui de maneira desigual, incorporando determinações raciais historicamente constituídas que organizam hierarquicamente as interpretações da realidade social e conferem legitimidade a determinadas leituras em detrimento de outras. A expressão não parte da ideia de que sujeitos negros detenham uma verdade automática sobre o mundo, tampouco transforma experiência social em garantia de conhecimento. Seu ponto de partida é material. A atividade intelectual depende de escolarização, renda, tempo, instituições, arquivos, livros, universidades, editoras, redes profissionais e reconhecimento público. Em uma sociedade organizada durante séculos pelo escravismo e por uma divisão racial do trabalho que destinou às populações negras as posições mais precarizadas e degradantes, também os meios de produção intelectual foram distribuídos de maneira desigual. O problema epistemológico ganha conteúdo racial quando alguns grupos ocupam com maior frequência a posição social de intérpretes e outros entram principalmente como população interpretada, classificada e corrigida por agentes externos.

O conceito interessa diante de uma situação muito específica. Um professor universitário amplamente reconhecido relata ter recebido um estudante de pós-graduação interessado em estudar o hip hop. Em vez de discutir o problema de pesquisa, o recorte, as fontes ou a bibliografia, manifesta escândalo diante da escolha do aluno pelo objeto a ser pesquisado. Refere-se ao hip hop como "essas coisas aí", questiona a possibilidade de conhecer o mundo a partir do hip hop e da periferia e encerra sua intervenção colocando sob suspeita a identificação negra de parte dessa população. O episódio reúne, numa sequência curta, cultura, classe, periferia, raça e autoridade intelectual.

Nildo Ouriques goza de uma posição consolidada na universidade brasileira, professor titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina e preside o Instituto de Estudos Latino-Americanos, o IELA. Sua trajetória intelectual está vinculada à crítica da dependência,

do eurocentrismo e da subordinação intelectual latino-americana. Não se trata de um comentário casual feito por alguém sem relação com pesquisa ou formação intelectual. A fala parte de um professor situado no topo da carreira universitária federal e ligado a uma instituição que reivindica a construção de pensamento crítico para a América Latina.

No dia 26 de agosto de 2026, durante o programa *Faixa Livre* (comandado por Anderson Gomes), Nildo afirmou:

> E o quarto elemento que me parece decisivo agora para a esquerda se tornar relevante, além de necessária, é um mergulho profundo na cultura brasileira. A cultura que está sendo consumida pela juventude, pelas classes médias e que naturalmente é da burguesia, é uma cultura alheia ao povo brasileiro. Não tem rapadura, não tem samba. Vou dar só um exemplo, essa semana, duas semanas atrás, recebi lá no IELA, um estudante muito inteligente, preparado, fazendo pós-graduação e queria estudar o Hip Hop! Eu fiquei escandalizado! Eu sei que muita gente namora 'essas coisas' aí. Aí eu perguntei pra ele: você conhece Pixinguinha? Não. Você conhece Cacique de Ramos? Não. Você conhece Almir Guineto? Não. Você conhece os nossos grandes teóricos? Não conhecia. Completamente alheio. Acha que vai conhecer o mundo pelo Hip Hop na periferia numa parte da população que se reivindica negra. A maioria mestiça, a maioria branca. Isso é um horror!

O primeiro aspecto digno de atenção está na expressão "naturalmente é da burguesia", que para um intelectual marxista, é uma afirmação problemática. O caráter de classe de uma produção cultural não deriva *naturalmente* de sua procedência geográfica, nem pode ser deduzido de sua popularidade entre jovens. Uma análise materialista precisaria investigar as relações de produção, propriedade, circulação, trabalho, mercado, indústria, tecnologia, Estado e público, que determinam a inserção de uma prática cultural no capitalismo, e o rap brasileiro tem amplo material para esse tipo de crítica. Nas últimas décadas, artistas ligados ao rap ingressaram em campanhas publicitárias, contratos empresariais e festivais patrocinados por grandes corporações, enquanto bancos e marcas incorporaram símbolos da periferia, da negritude e da rebeldia e parte do gênero passou a celebrar enriquecimento individual, consumo, empreendedorismo e ascensão social, contradições centrais para uma crítica marxista da cultura. Foi esse tipo de contradição que me levou a pesquisar a mercantilização do rap. Uma crítica severa ao gênero é possível e necessária. Entretanto, investigar sua integração ao mercado é algo inteiramente diferente de classificá-lo previamente como cultura burguesa com base em sua origem norte-americana. O primeiro procedimento reconstrói relações sociais; o segundo encerra a questão antes da investigação.

A genealogia estadunidense do hip hop é conhecida. O movimento se estruturou em Nova York nos anos 1970 entre juventudes negras e latinas, num contexto de segregação urbana, crise social, festas de rua, gangues, experimentação musical e reorganização comunitária. Nenhuma pesquisa séria sobre o tema precisa esconder essa história. A dificuldade está quando a procedência norte-americana se transforma numa essência que acompanharia indefinidamente o hip hop, independentemente das sociedades que o incorporaram.

No Brasil, o hip hop encontrou uma sociedade marcada por desigualdade racial, violência estatal e precarização, articulando-se a essas experiências desde os anos 1980. Sua importância histórica está na capacidade que diversos agentes tiveram de utilizar uma linguagem internacional para elaborar conflitos brasileiros. Pesquisas sobre o rap paulistano registram algo muito relevante para este debate. O hip hop participou da elaboração social da categoria "periferia". Tiaraju D'Andrea mostrou que, nos anos 1990, produções culturais periféricas contribuíram para que moradores de regiões distintas se reconhecessem dentro de uma experiência social compartilhada; trabalhos posteriores identificaram nos Racionais MC's uma das referências centrais dessa construção, associada ao racismo, violência, segregação, desigualdade, solidariedade e conflito urbano. Isso significa que o rap brasileiro não é somente um repertório musical importado. Em momentos importantes de sua história, foi espaço de elaboração social de populações que eram retratadas no discurso dominante por meio das categorias de criminalidade, carência e perigo.

Giordano Bertelli, em *Errâncias racionais*, critica uma leitura centrista da periferia na qual o Estado e setores socialmente investidos de saber intervêm sobre populações presumidamente incultas, inoperantes ou perigosas, e analisa a poética dos Racionais MC's como expressão dos conflitos entre centro e periferia e das tensões desses territórios tanto com a ordem institucional do Estado quanto com o chamado "mundo do crime". A reflexão de Cecília Coimbra sobre o "mito das classes perigosas" também é relevante. Em *Operação Rio*, Coimbra estudou a articulação entre violência urbana, mídia e discursos de segurança pública, examinando a construção histórica de pobres e moradores de determinados espaços urbanos como populações perigosas, submetidas a vigilância e intervenção. Evidentemente, o comentário de um professor sobre hip hop não pode ser equiparado à repressão policial. O interesse da aproximação está numa relação

histórica mais ampla em que setores populares frequentemente recebem definições produzidas de fora e ocupam com dificuldade a posição social de intérpretes da própria experiência. Por isso, a frase “acha que vai conhecer o mundo pelo hip hop na periferia” também precisa ser examinada.

Nenhum objeto isolado oferece conhecimento integral da sociedade. Não se conhece o mundo inteiro pelo hip hop, assim como não se conhece o mundo inteiro pelo samba, por Pixinguinha, pela teoria da dependência ou por qualquer disciplina universitária. O conhecimento científico trabalha com objetos determinados a partir dos quais reconstrói relações mais amplas. O problema metodológico está aí. Um estudo sobre hip hop pode investigar relações de trabalho, indústria cultural, segregação urbana, racismo, polícia, cárcere, juventude, masculinidade, publicidade, religião, consumo, tecnologia e mercado. O objeto particular não impede o conhecimento da totalidade; pode ser um ponto de entrada para relações que o excedem. Essa questão pertence diretamente ao materialismo histórico. Marx não construiu sua análise da sociedade capitalista a partir de um inventário abstrato do existente, mas do exame de relações determinadas e de seus vínculos internos, de modo que o valor de uma pesquisa sobre rap depende da capacidade de reconstruir as múltiplas determinações do objeto, e não de qualquer atributo previamente associado a ele.

Por isso a frase “eu fiquei escandalizado” merece atenção especial. Nildo não relata ter lido uma pesquisa ruim sobre hip hop, não informa que o estudante apresentou uma hipótese equivocada, uma bibliografia insuficiente ou um procedimento metodológico deficiente; ao contrário, descreve o rapaz como “muito inteligente, preparado”. O espanto nasce da escolha do objeto e carrega a ideia de que alguém intelectualmente capaz estaria desperdiçando sua energia numa investigação considerada menor ou destituída de valor. Seria insuficiente explicar essa reação apenas pelo desconhecimento do hip hop, sobretudo diante da presença social acumulada pelo rap ao longo de décadas na música, na indústria cultural, nas periferias, nos movimentos juvenis, na universidade e no debate público. O que se manifesta aí é uma hierarquia cultural de caráter classista, na qual determinadas experiências produzidas por jovens negros, trabalhadores e moradores das periferias recebem menor dignidade intelectual e menor capacidade de intervenção sobre a realidade sociocultural. A desqualificação do objeto

corresponde, portanto, também à desqualificação das práticas sociais e dos sujeitos que o constituíram historicamente.

Logo em seguida vem “essas coisas aí”, expressão que escancara o desprezo presente no fragmento ao retirar do hip hop até mesmo sua designação. Um universo com décadas de história brasileira, produção artística, movimentos organizados, circuitos econômicos, arquivos, práticas pedagógicas e extensa bibliografia acadêmica recebe tratamento indiferenciado e é rebaixado à condição de subcultura antes de qualquer investigação efetiva. Essa postura contém um problema científico elementar, uma vez que o avanço do conhecimento depende da possibilidade de investigar dimensões da realidade ainda pouco compreendidas, inclusive aquelas que despertam resistência entre agentes estabelecidos no campo intelectual. Um professor pode criticar severamente um projeto, apontar deficiências, ampliar repertórios e orientar novas leituras; outra situação se estabelece quando o tema recebe desqualificação prévia. No caso em questão, uma cultura historicamente vinculada à experiência negra e periférica é reduzida a “coisa” por um intelectual investido de elevada autoridade acadêmica. A palavra tem, nesse contexto, uma conotação de rebaixamento e objetificação que não pode ser separada das relações raciais e de classe presentes no restante da fala: os sujeitos que produziram essa cultura têm sua elaboração diminuída, sua capacidade de interpretar a realidade colocada sob suspeita e, pouco depois, sua identificação negra contestada por um intelectual branco, professor titular e integrante de uma camada relativamente privilegiada do trabalho intelectual assalariado, cuja posição material e institucional se encontra bastante distante das condições sociais experimentadas por grande parte da juventude negra e periférica sobre a qual formula seu julgamento.

Programas de pós-graduação são espaços marcados por relações de poder, nos quais professores, orientadores, bancas, revistas e instituições participam da legitimação dos objetos de pesquisa, de modo que o desprezo manifestado por uma autoridade acadêmica, embora não corresponda a censura administrativa, pode desencorajar determinados caminhos de investigação entre pesquisadores em formação.

A convocação de Pixinguinha contra o estudante mostra o limite de uma concepção baseada em autenticidade cultural. Pixinguinha tem um lugar fundamental na história da música brasileira, mas sua trajetória também esteve vinculada a circuitos internacionais, contato com jazz e transformações técnicas e mercadológicas do início do

século XX. O valor de Pixinguinha nunca dependeu de pureza cultural. O ponto relevante aqui, porém, não é desenvolver uma história do choro. Interessa observar que Nildo utiliza um repertório popular posteriormente consagrado para julgar uma produção popular contemporânea que ele trata com desdém e preconceito. O popular que recebe reverência é o popular transformado em cânone. Pixinguinha, Cacique de Ramos e Almir Guineto são referências fundamentais e devem ser conhecidos por alguém que pesquisa cultura brasileira. O desconhecimento desses nomes é uma lacuna real no repertório do estudante. Nildo tem razão nesse aspecto. A inferência seguinte, contudo, não se sustenta. A deficiência intelectual pertence ao pesquisador, não ao objeto que ele escolheu.

Um estudante interessado em samba pode desconhecer aspectos importantes da história do soul ou dos bailes black. Isso indicaria uma formação incompleta em temas relacionados; não transformaria o samba em objeto indigno. Um pesquisador interessado em Marx pode conhecer pouco da história da escravidão brasileira. O problema estaria em sua formação, não em Marx. O episódio demonstra, portanto, uma inversão que cumpre função específica em estabelecer o que é legítimo do que é indigno de investigação meticulosa. Em vez de aproveitar o interesse do estudante por hip hop para ampliar seu repertório, estabelecendo relações com samba, choro, música negra brasileira, indústria fonográfica e história urbana, Nildo apresenta esses conhecimentos como uma espécie de prova prévia de legitimidade. Há uma questão pedagógica e política importante aí. O jovem que chega à universidade interessado em rap talvez encontre na pesquisa um caminho para conhecer Pixinguinha, Cacique de Ramos, Almir Guineto, soul, samba, jazz, movimento negro e história brasileira. A pesquisa pode ampliar relações intelectuais que antes não existiam. Desqualificar o objeto enfraquece essa possibilidade.

A dimensão racial entra logo depois. Nildo fala numa “parte da população que se reivindica negra. A maioria mestiça, a maioria branca”. O verbo “reivindicar” tem que ser pensado, pois nessa construção, a identificação negra recebe uma marca de dúvida. Os sujeitos dizem algo sobre si; em seguida, Nildo introduz “mestiça” e “branca” como classificações que corrigem aquela autodefinição. A questão do racismo epistemológico se torna muito mais concreta nesse ponto. Não há problema intelectual em pesquisar criticamente identidades raciais. A mestiçagem é uma dimensão real da história brasileira, e as classificações raciais do país não são idênticas às norte-americanas. Pretos, pardos, brancos e diferentes experiências regionais precisam ser tratados com rigor. O problema

não reside na palavra “mestiço” em si. O que interessa é sua função no argumento. Depois de tratar hip hop como “essas coisas”, colocar a periferia sob suspeita enquanto lugar de conhecimento e questionar a pesquisa acadêmica sobre o gênero, Nildo põe em dúvida também a identificação negra dos sujeitos associados a esse universo. A mesma autoridade que hierarquiza culturas hierarquiza a validade das classificações utilizadas pelas pessoas para interpretar sua condição racial. Esse encadeamento sustenta a hipótese do racismo epistemológico.

A caracterização como racismo epistemológico não decorre de uma palavra isolada nem da simples discordância de Nildo com determinada identidade racial. Ela resulta da sequência inteira do argumento. Uma cultura historicamente vinculada à juventude negra e periférica recebe tratamento depreciativo; sua legitimidade como objeto de pesquisa é questionada; a periferia é apresentada como espaço insuficiente para a produção de conhecimento; e, por fim, sujeitos associados a esse universo têm sua identificação negra contestada por uma autoridade externa. Há, portanto, uma distribuição desigual da capacidade de nomear a realidade. Relativizar esse encadeamento sob o argumento de que Nildo estaria apenas criticando o imperialismo cultural ou a pobreza de repertório do estudante significa ignorar a dimensão racial e classista que estrutura a fala. A crítica ao imperialismo pode ser legítima, assim como a defesa de uma formação intelectual mais ampla, mas nenhuma dessas questões explica ou justifica o rebaixamento do hip hop, a desautorização da periferia como espaço de elaboração social e a correção da identidade racial de seus sujeitos.

A crítica marxista deveria atuar em outra direção. Se uma juventude negra e precarizada incorporou uma linguagem criada nos Estados Unidos e a utilizou durante décadas para elaborar experiências brasileiras, cabe estudar esse processo. Por que essa linguagem encontrou tamanha ressonância? Que condições sociais favoreceram sua apropriação? Que relações estabeleceu com samba, funk, soul e outras tradições? Como se vinculou às periferias? Como o mercado reorganizou posteriormente essa experiência? A acusação de americanização não responde a nenhuma dessas perguntas. Pelo contrário, ela substitui a investigação histórica por uma conclusão anterior ao estudo. A origem norte-americana se transforma numa explicação suficiente. Sob esse procedimento, o objeto perde interesse: se sabemos antecipadamente que hip hop corresponde à colonização cultural, resta pouco a investigar.

É esse fechamento que precisa ser combatido dentro da universidade. A produção científica depende da abertura de problemas, não da seleção de objetos segundo um cânone político ou estético previamente determinado. Pesquisar o hip hop não obriga ninguém a celebrá-lo. Pode conduzir inclusive a uma crítica muito mais dura de suas relações com capital, publicidade, masculinidade, conservadorismo e consumo. Quanto mais se conhece a história do rap, mais visíveis ficam suas contradições. A mercantilização contemporânea ganha significado quando comparada às experiências anteriores de produção independente, repressão e organização periférica. O desprezo elimina essa complexidade.

Problematizar uma fala como essa não é um exercício de policiamento moral nem uma disputa pessoal com Nildo Ouriques (definitivamente eu não tenho esse interesse). Estou propondo discutir quais relações a esquerda estabelece com as culturas produzidas pelos sujeitos que pretende organizar politicamente e quais objetos a universidade reconhece como dignos de conhecimento. Uma manifestação cultural com quatro décadas de história brasileira, produzida em grande medida por jovens negros e trabalhadores das periferias, não pode ser reduzida a "essas coisas aí" sem que se examine o conteúdo social dessa desqualificação. Deixar esse tipo de intervenção sem resposta contribui para naturalizar hierarquias culturais, acadêmicas e raciais que uma perspectiva emancipatória deveria submeter à crítica.

Arthur Moura
Cabo Frio, 21 de setembro de 2026